

PARE ESCUTE E LUTE



FECTRANS - Federação dos Sindicatos dos Transportes e Comunicações
Boletim Informativo para o sector ferroviário

Nº 01

Jul. 2018



resistimos, unimos, mobilizámos

lutámos e alcançámos

MAS É PRECISO IR MAIS LONGE

No sector ferroviário tem-se desenvolvido uma intensa actividade e luta reivindicativa em defesa dos salários, da contratação colectiva, da segurança e dos postos de trabalho, contra o desmembramento das empresas e defesa da componente social do sector posta em causa pelas políticas de liberalização da União Europeia a que o governo do PS não se opõe.

Não se conseguindo todos os objectivos já se conseguiram resultados traduzidos em aumentos dos salá-

rios na MEDWAY, CP, Metro do Porto, IP e participadas (Telecom; Engenharia e Património), EMEF, na MTS, faltando ainda resposta da CP para o aumento dos salários dos trabalhadores da FERNAVE e estamos, neste momento, em discussão com a administração da Metro de Mirandela.

A luta levou a um acordo com o Governo sobre o tema da segurança ferroviária, em que a tripulação de comboios com dois trabalhadores foi reafirmada e definidas regras quanto à

questão das excepções previstas no RGS1 e na CP fica obrigada, agora e no futuro, a cumprir essa, passando o próprio AE a determinar esta matéria e também é suspensa as normas da IOP 20 quanto aos agentes de acompanhamento e o IMT fica obrigada a analisar caso a caso as excepções e a fiscalizar escrupulosamente a aplicação do RGS1

É preciso ir mais longe e isso faz-se com a mobilização, unidade e luta dos trabalhadores. ■



Continua a haver razões para **INTERVIR E LUTAR**

Desde logo porque o governo, em conjugação com as confederações patronais e a UGT, desencadeou nova ofensiva contra a legislação laboral, processo que decorre na Assembleia da República, na sequência do chamado acordo da “Concertação Social”.

Aproxima-se a data em que a legislação europeia determina a liberalização total do transporte ferroviário na Europa, em que nos temos que unir em defesa da sua componente social, contra as privatizações e em defesa dos portos de trabalho e dos direitos.

Vai colocar-se já no imediato a luta contra o desmembramento da EMEF, na forma de criação de ACE's, reforçando a nossa reivindicação de que o sector ferroviário deve ser unificado na base de um mesmo comando.

A defesa de a cada posto de trabalho permanente deve corresponder um vínculo laboral efectivo, vai prosseguir mesmo depois do processo do PREVPAP terminado, onde algumas dezenas de trabalhadores da EMEF e IP estiveram envolvidos.

Continuar a luta pela defesa da contratação colectiva (AEs/ACTs e RCs) e o seu alargamento a todas as restantes empresas do sector ferroviário

Com mais determinação continuar a intervir na defesa dos ferroviários. ■

com a acção reivindicativa e a luta **MELHORAR OS SALÁRIOS E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

A intervenção sindical, suportada na luta dos trabalhadores, tem sido grande e em praticamente todas as empresas do sector ferroviário, traduzida em resultados positivos na melhoria dos salários, reposição de direitos e melhoria das condições de trabalho.

Os resultados obtidos não foram nenhuma dádiva, mas sim o fruto da mobilização e luta dos trabalhadores, sem a qual os mesmos não existiriam.

CP

Depois do Acordo de Fevereiro passado, em que os salários foram aumentados (25€ em Janeiro e mas 11,12€ em Julho) para a esmagadora maioria dos trabalhadores e abertura de mais progressões na carreira profissional, está aberto um processo de negociação de revisão do AE e RC, cujo resultado terá efeitos na aplicação a partir de 1 de Outubro de 2018.

Depois da abertura formal do processo, numa reunião com todas as organizações da administração da CP suspendeu as que estavam calendarizadas, sem muitas explicações, que se rapidamente não vierem a ser retomadas, só podemos entender como um não cumprimento do acordo assinado.

MEDWAY

No quadro desta empresa, agora com gestão privada, foi celebrado um acordo que a dotou de um AE e de um RC, o qual integrou, no essencial, as regras existentes na CP e melhorou, pelo segundo ano consecutivo, os salários dos seus trabalhadores e com a entrada em vigor do AE após a publicação no BTE (Boletim de Trabalho e Emprego), os trabalhadores terão novo aumento de salários, numa nova grelha salarial.

Entretanto o Sindicato pediu uma reunião com a administração, para discutir o atraso no envio do acordo para depósito no Ministério do Trabalho e que sejam cumpridos os pressupostos da negociação, a entrada em vigor em 1 de Julho de 2018.

Entretanto os trabalhadores desde o dia 1 de Maio deste ano passaram a ter um novo valor de subsídio de refeição, resultante do acordo de 2017.

EMPRESAS IP

O acordo de 8 de Maio, aumentou os salários dos trabalhadores em 23€, para os salários até 1.300€; 16€ para os salários até 2.000€ e 10€ para os restantes que, pela primeira vez, abrangeu todos os trabalhadores das empresas do “grupo IP” (IP-Infraestruturas * IP-Telecom * IP-Engenharia * IP-Património)

Agora, nos termos desse acordo, decorrem as negociações para a construção de um Acordo Colectivo de Trabalho e um Regulamento de Carreiras, abrangendo a IP e as participadas. É um processo complexo, mas que, embora mais lento do que o desejável, vai tendo algumas evoluções, nesta fase nas questões do clausulado geral, para se seguir depois a negociação da estrutura de carreiras.

Entretanto o Sindicato continua a intervir para que, no âmbito das empresas participadas seja corrigida a situação destes trabalhadores não terem visto reposta qualquer regra de evolução na carreira profissional.

EMEF

No acordo de 27 de Abril, foram aumentados os salários dos trabalhadores em 23€ até o índice 167 e 16€ para os restantes e alterado os subsídios de turno de Turno I – 45,82€ e Turno II – 48,65€, para os valores de Turno I - Turno I – 60,00€; Turno II – 66,00€ e um novo turno III (para quem faz 3 turnos) de 99,00€.

Nas negociações que continuam, discute-se agora o texto do Acordo de Empresa, onde as diferenças são pontuais, estando, no essencial, situadas nos valores remuneratórios.

Já quanto ao texto do RC, a administração limitou-se por apresentar uma proposta para ficar quase tudo na mesma, o que não foi aceite pelos sindicatos, que querem a negociação num quadro diferente de modo a desbloquear as carreiras profissionais e que haja uma valorização profissional e salarial.

FERNAVE

A CP não respondeu à nossa reivindicação de aumento dos salários destes trabalhadores, que já não chegam a uma dezena e, talvez por isso, a administração pense que não tem que se preocupar com esta questão.

Não desistiremos, embora pensemos que a melhor solução para resolver a situação destes trabalhadores e





da empresa em si, passa pela sua integração na CP, com a aplicação a todos a contratação colectiva da desta.

METRO DO PORTO

Pela intervenção sindical, nesta empresa onde não há contratação colectiva, os trabalhadores viram melhorado os seus salários, na base de um aumento de quatro índices, tendo como referência as empresas de origem- CP e REFER.

MTS

Apesar de ser uma empresa onde não existe contratação colectiva, pela dinâmica da intervenção sindical, este ano já foi possível

chegar a acordo relativamente ao aumento dos salários – 1,5%, a criação de um prémio de 2€ por dia pela laboração por escalas, um acréscimo de 1€/dia ao abono por falhas pelo trabalho de fecho de caixa nos postos de atendimento.

Este acordo foi consolidado em recente reunião, mas a reivindicação central tem que ser a da negociação de um Acordo de Empresa, que defina as relações de trabalho e não deixe na mão da administração o poder de fazer o que bem entender.

FERTAGUS

Aqui as dificuldades têm sido muitas, porque os trabalhadores não venceram o receio de se sindicalizarem e verem que assim têm mais força, com a excepção dos trabalhadores officinais onde existe forte sindicalização e onde, actualmente, estão em luta na defesa de uma organização de trabalho

por turnos que respeite os seus direitos.

É este o caminho a seguir, reforçar a sindicalização e dar força às reivindicações dos trabalhadores.

METRO MIRANDELA

Decorrem negociações para a actualização do Acordo de Empresa existente e melhorar os salários.

A Câmara tem procurado fugir às questões concretas, mas o sindicato insiste nas suas propostas e não vai deixar de, com os trabalhadores, lutar por elas.

VIA PORTO

Neste momento está em preparação a proposta para apresentar com vista à revisão do Acordo de Empresa e é preciso que, a partir dos locais de trabalho, comecemos a discutir quais as reivindicações a apresentar e que mobilização iremos fazer para as conseguir. ■

definidos no texto assinado e que o ponto 2 da IOP 20 seja suspenso agora, com o compromisso que o mesmo, após a negociação do AE seja alterado nos pressupostos do acordo de dia 22.

P. – O que foi determinante para o resultado obtido?

R. – A grande unidade dos ferroviários das diversas categorias profissionais, os quais saudamos e que puseram acima de tudo os interesses da segurança na circulação, em vez de alimentarem argumentos de isolamento de uma ou outra categoria profissional. Este é um problema de todos e os ferroviários demonstraram isso nas greves do passado dia 4, 12 e 13 de Junho.

P.- Depois do acordo de dia 22 não preciso fazer mais nada?

R. – Este assunto estará sempre presente enquanto não tivermos um governo que, sem ambiguidades, não se ponha definitivamente ao lado da segurança dos utentes e dos trabalhadores e por isso, é preciso continuar a intervir para consolidar e ampliar o muito que agora foi conseguido. ■

Na unidade

A FORÇA DOS TRABALHADORES

Quando os trabalhadores se unem em torno das suas reivindicações comuns, as lutas ganham força e os resultados aparecem.

É muito mais aquilo que une os ferroviários do que aquilo que os divide e, quando todos lutam no mesmo sentido, são todas as categorias profissionais que ganham.

Por isso, nos diversos processos de luta que desenvolvemos temos procurado sempre criar as condições para que, a partir dos locais de trabalho, a luta dos trabalhadores possa ser com uma ampla unidade na acção.

Foi assim nos processos anteriores e cremos que, nos que estão em curso, este deve ser o caminho a seguir na defesa dos interesses de classe dos ferroviários.

Por isso, cada trabalhador tem que ser um construtor da unidade, para que a mesma possa ter uma ampla expressão nos processos reivindicativos. ■

**Unidos
temos mais força!**



À conversa com:

Nuno Martins
Direcção do SNTSF

P. – Qual foi a importância deste do acordo de 22 Junho, sobre o RGS1?

R. – Primeiro realçamos a afirmação, por escrito, de que a regra geral na triplução de comboios são dois trabalhadores, depois o reconhecimento por parte do governo que qualquer alteração a esta regra tem que ser antecedida de uma análise de risco. Consideramos importante que ficasse definida que qualquer alteração à regra tem de

ser objecto de análise, caso a caso, pelo IMT e no que concerne à CP consideramos importante que esta matéria passe a constar no Acordo de Empresa, nos termos



VALE A PENA SER SINDICALIZADO/A

Ao sindicalizarem-se no SNTSF, o Sindicato da FECTRANS/CGTP-IN no sector ferroviário, os trabalhadores ficam com a garantia:

- de uma intervenção de classe em defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores e pela resolução dos seus problemas nos locais de trabalho

O SNTSF/FECTRANS assegura:

- apoio e intervenção num colectivo unido, forte e solidário;
- iniciativa reivindicativa e de contratação colectiva;
- apoio jurídico, de pré-contencioso e contencioso, em caso de conflito laboral;
- acesso a informação e formação sindical;
- Um fundo de solidariedade (opcional);
- Diversos apoios sociais no âmbito da cultura, desporto e tempos, entre outros!



UMA DECLARAÇÃO DE GUERRA AOS TRABALHADORES

O Acordo celebrado pelo Governo, com as confederações patronais e a UGT:

- Perpetua a precariedade, a caducidade das convenções colectivas e o modelo de baixos salários e trabalho precário;
- Aumenta a duração do período experimental para os trabalhadores à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração, só porque o são e independentemente das funções para que são contratados, violando os princípios constitucionais da segurança no emprego e da igualdade;
- Alarga o período dos contratos de muito curta duração de 15 para 35 dias e admite a sua generalização a todos os sectores de actividade;
- Prevê a criação de um banco de horas grupal que permite ao patronato alargar em 150 horas anuais o número de horas de trabalho, sem compensação remuneratória e que põe em causa a conciliação da vida

profissional com a vida familiar;

- Mantém as normas que subvertem o direito de contratação colectiva, incluindo a caducidade das convenções colectivas e o enfraquecimento do princípio do tratamento mais favorável, perpetuando assim um regime que enfraquece a posição dos sindicatos e provoca o desequilíbrio das relações laborais em favor do patronato e em prejuízo dos direitos dos trabalhadores.

Estes são, entre outros, exemplos que identificam alguns dos conteúdos mais gravosos deste acordo. Um acordo que acentua o desequilíbrio na repartição da riqueza, choca com princípios constitucionais da segurança do emprego e da igualdade, que privilegia a insegurança no emprego e a instabilidade pessoal e familiar e por isso merece a nossa rejeição. ■

UMA EMPRESA CADA VEZ MENOS FERROVIÁRIA

O desinvestimento nas empresas públicas está a levar que, diariamente, largas dezenas, senão centenas, de circulações são suprimidas por falta de material e isto acontece um pouco por toda a rede, inclusive nas linhas suburbanas, mas com maior impacto nas linhas do interior – Oeste, Algarve, Douro, Alentejo.

A solução nas linhas do interior é a substituição das circulações ferroviárias por autocarros, que

aumentam o tempo de percurso e não respondem às necessidades das populações.

Temos uma CP cada vez menos ferroviária e mais rodoviária. Imagine-se o jeito que agora dava a existência dos autocarros da CP, como em tempos passados.

A pergunta: Isto tudo acontece por acaso, ou



estamos perante um plano de degradar ao máximo para justificar a privatização de partes da CP? ■

13 OUTUBRO 2018

CONVÍVIO
reformados/ferroviários
ENTRONCAMENTO

MARCA
NA TUA
AGENDA